

PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

59

AGRAVO REGIMENTAL Nº 133477-4/01 - RECIFE /PE

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADORA: RENATA DOS SANTOS DINIZ

AGRAVADA: ALFREDINA MARIA PAIXÃO DE BRITO

ADVOGADOS: ROGÉRIO VIEIRA DE MELO DA FONTE e OUTROS

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

RELATOR CONVOCADO: JUIZ MÁRCIO FERNANDO DE AGUIAR SILVA

SEGUNDO GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

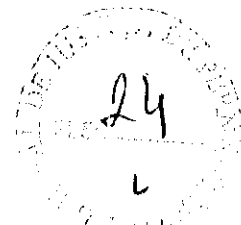
6392

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO.  
FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO.  
OBRIGAÇÃO DE FAZER. DEVER DO ESTADO.  
LEGITIMIDADE. LITISCONSÓRCIO.  
PRELIMINARES REJEITADAS.

O Estado de Pernambuco tem legitimidade passiva em ação que visa à obtenção de medicamento, em face da responsabilidade compartilhada existente entre os entes federativos e que decorre de norma constitucional.

"As ações que têm por objetivo o direito à saúde e à educação não se restringem a uma das esferas administrativas já que constitui dever do Estado *lato sensu*, representando, a discussão acerca da divisão de responsabilidades, questão a ser apreciada, unicamente, entre os entes federativos, já que a parte

ref



autora pode escolher contra quem oferecerá a ação".

(Apelação Cível Nº 70017279407, 8ª Câmara Cível – RS).

Como integrante do Sistema Único de Saúde – SUS, ao Estado de Pernambuco compete prestar assistência farmacêutica à população, conforme definido no art. 166 da sua Constituição, tendo este Tribunal competência para apreciar a questão.

Por possibilidade jurídica do pedido entende-se a admissibilidade da pretensão perante o ordenamento jurídico, ou seja, previsão ou ausência de vedação, no direito vigente, do que se postula na causa. (STJ – RT 652/183, maioria).

Inexistindo vedação expressa em lei ao pedido formulado pela impetrante, não prospera a arguição preliminar de impossibilidade jurídica do pedido.

"À luz do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, valor erigido como um dos fundamentos da República, impõe-se a concessão dos medicamentos como instrumento de efetividade da regra constitucional que consagra o direito à saúde". (AgRg no REsp 855787 / RS).

A negativa de fornecimento de um medicamento de uso imprescindível, cuja ausência gera risco à vida ou grave risco à saúde, é ato que, *per si*, viola a Constituição Federal, pois a vida e a saúde são bens jurídicos constitucionalmente tutelados em primeiro plano.

O Supremo Tribunal Federal pacificou o entendimento de que "o direito à saúde – além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas – representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da



organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional" (AGRE 271.286/RS, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 24.11.2000).

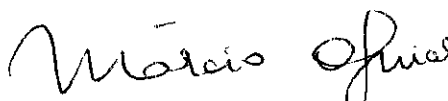
DECISÃO: "À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL."

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo Regimental nº 133477-4/01, em que figura como agravante ESTADO DE PERNAMBUCO e como agravada ALFREDINA MARIA PAIXÃO DE BRITO, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Segundo Grupo de Câmaras Cíveis do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, negar provimento ao Agravo Regimental. Tudo de acordo com o relatório, e voto em anexo, que integram o presente aresto.

Recife, 15 de junho de 2007.

  
DES. JONES FIGUEIRÊDO  
PRESIDENTE

  
JUIZ MÁRCIO FERNANDO AGUIAR SILVA  
RELATOR CONVOCADO



62

PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0133477-4/01- RECIFE - PE

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADORA: RENATA DOS SANTOS DINIZ

AGRAVADA: ALFREDINA MARIA PAIXÃO DE BRITO

ADVOGADO: ROGÉRIO VIEIRA DE MELO DA FONTE

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

RELATOR CONVOCADO: JUIZ MÁRCIO FERNANDO DE AGUIAR SILVA

SEGUNDO GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

RELATÓRIO

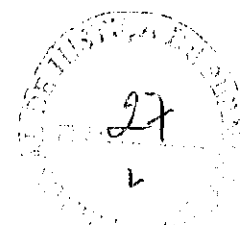
Trata-se de Agravo Regimental interposto pelo Estado de Pernambuco em face de decisão interlocutória proferida nos autos do mandado de segurança em epígrafe, no qual foi concedida a liminar pretendida pela impetrante, ora agravada, que consistiu em determinar que a autoridade impetrada fornecesse o medicamento solicitado na ação mandamental.

Argúi o agravante as preliminares, da incompetência absoluta do juízo em razão do interesse da União na demanda e da impossibilidade jurídica do pedido.

No mérito, requer sejam acolhidas as preliminares suscitadas e, caso sejam rejeitadas, seja cassada a decisão que deferiu o pedido liminar, e, ao final, requer o provimento deste agravo para revogar, em definitivo, a liminar requerida.

Este é o breve relatório.

ref



63

## VOTO

### Da preliminar da Incompetência Absoluta do Juízo.

Vê-se de forma clara que a preliminar argüida se confunde, desde que pretende o agravante, a um só tempo, formar um litisconsórcio onde passaria a integrar a lide, além do próprio embargante, os municípios e a União e, em sendo deferido o pretendido litisconsórcio, por consequência, a competência para julgar a causa seria transferida para a Justiça Federal. Deste modo, passarei a tratar as preliminares de forma una.

Sustenta o agravante que não pode ser responsabilizado isoladamente pelo atendimento a impetrante porque essa obrigação é comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e que havendo interesse da União, a competência para apreciar a questão seria da Justiça Federal, nos termos do art. 109, I, da Constituição Federal.

Nada obstante ser verdadeira a assertiva de que cabe a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a prestação de serviços de assistência à saúde da população, conforme define a Lei nº 8.080/90 que regulamentou o Sistema Único de Saúde – SUS, não vislumbro qualquer necessidade de formação do litisconsórcio pretendido pelo recorrente, pois essa obrigação é conjunta, mas não indivisível. Se o recorrente está, entre linhas, a sugerir que o prejuízo não poderá ser suportado somente por ele, faça uso dos recursos oriundos do SUS repassados pela União, posto que a denúncia à lide, como meio de formação do litisconsórcio necessário, somente é obrigatória na hipótese de perda do direito de regresso, não se fazendo obrigatória no caso do inciso III, do art. 70, do CPC, que se aplica à espécie.

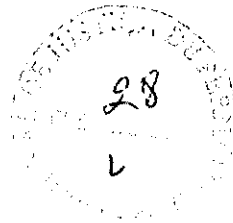
Como integrante do SUS, ao Estado de Pernambuco compete prestar assistência farmacêutica à sua população, conforme definido no art. 166 da Constituição Estadual.

Nesse passo este Tribunal tem competência para apreciar a questão, porque desnecessária a formação do litisconsórcio pleiteado.

Rejeito, portanto, as preliminares.

É como voto.

ref



**Preliminar da impossibilidade jurídica do pedido.**

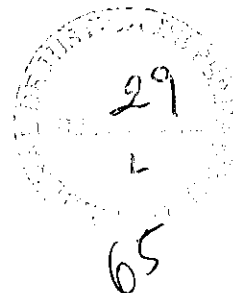
Como é de todos sabido, "por possibilidade jurídica do pedido entende-se a admissibilidade da pretensão perante o ordenamento jurídico, ou seja, previsão ou ausência da vedação, no direito vigente, do que se postula na causa" (STJ-RT 652/183, maioria).

A preliminar de impossibilidade jurídica do pedido também não merece prosperar, uma vez que o pedido só é juridicamente impossível quando o demandante formula, em juízo, pedido vedado pelo ordenamento jurídico. In casu, não vislumbro tal impossibilidade, posto que não há vedação expressa em lei ao pedido formulado pela impetrante.

Com essas considerações, rejeito a preliminar suscitada.

É como voto.

Recife, 09 de 07  
Márcio Afonso



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0133477-4/01- RECIFE - PE

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADORA: RENATA DOS SANTOS DINIZ

AGRAVADA: ALFREDINA MARIA PAIXÃO DE BRITO

ADVOGADO: ROGÉRIO VIEIRA DE MELO DA FONTE

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

RELATOR CONVOCADO: JUIZ MÁRCIO FERNANDO DE AGUIAR SILVA

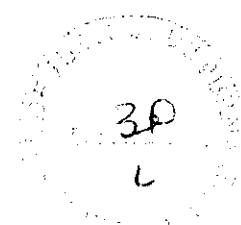
SEGUNDO GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

MÉRITO

Quanto ao mérito, adoto como razões de decidir os fundamentos expostos na decisão recorrida, que assim estão lançados:

*"DECISÃO INTERLOCUTÓRIA: Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por A.M.P.B., com pedido de concessão de liminar, contra o Exmo. Sr. Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco, argumentando a impetrante que é portadora de tumor maligno - Linfoma não Hh Hodgkin difuso de grandes células (WHO), revelando imunofenótipo B (CD20+) e índice de proliferação celular de > 50%, diagnosticado em julho de 2004 e, desde que teve conhecimento do diagnóstico, vem sendo tratada pelo SUS, através da Fundação Hemope. Alega que, quando do diagnóstico da doença, foi tratada com 6 ciclos de CHOP, tendo respondido bem ao tratamento, ocorrendo que, em dezembro de 2005, apresentou recaída com infiltrações difusas de linfonodos abdominais e torácicos. Diz mais que, atestada a complexidade da enfermidade, tumor maligno, propiciando sério risco de vida à paciente, foi indicado como tratamento o uso de RITUXIMAB (MABTHERA), como terapêutica de suporte e consolidação com um transplante de medula óssea e, em razão dessa prescrição, a própria Fundação Hemope solicitou à Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco a aquisição de 04 (quatro) ampolas de 500mg e 08 (oito) ampolas de 100mg de RITUXIMAB, ocorrendo que, até a presente data, a autoridade impetrada*

*mf*



não se pronunciou sobre tal requerimento. Pede a concessão de liminar, para que seja determinado o imediato fornecimento do medicamento, pela impetrada, possibilitando o tratamento de que necessita para o restabelecimento de sua saúde e preservação da vida. Afirmando ser carente de recursos, pede a gratuidade da Justiça. Passo a decidir: Dispõem os artigos 196 e 198 da Constituição Federal, verbis: "Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação." "art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede de recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (Parágrafo único modificado para § 1º pela EC nº 29, de 13.09.00)" Sobre a matéria, a Constituição Estadual assim preceitua: "Artigo 166. - Ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições estabelecidas em lei: XI - prestar assistência farmacêutica faz parte da assistência global à saúde, e às ações a ela correspondentes devem ser integradas ao Sistema Único de Saúde, ao qual cabe : a)garantir o acesso de toda a população aos medicamentos básicos, através da elaboração e aplicação da lista padronizada dos medicamentos essenciais; b)definir postos de manipulação de medicamentos básicos, dispensação e venda de medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos destinados ao uso e consumo humano como integrantes do Sistema único de Saúde, bem como prestar assistência farmacêutica. No enfrentamento dessa questão, diversos são os precedentes do Colendo Superior Tribunal de Justiça, como o julgado seguinte: "RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. SUS. LEI N. 8.080/90. O v. acórdão proferido pelo egrégio Tribunal a quo decidiu a questão no âmbito infraconstitucional, notadamente à luz da Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990. O Sistema Único de Saúde pressupõe a integralidade da assistência, de forma individual ou coletiva, para atender cada caso em todos os níveis de complexidade, razão pela qual, comprovada a necessidade do medicamento para a garantia da vida da paciente, deverá ser ele fornecido." ( STJ - 2ª Turma, REsp. nº 212346, Rel. Min. Franciulli Netto, in DJU de 04.02.2002 ). O entendimento deste Tribunal de Justiça não destoa do Superior Tribunal de Justiça. O 2º Grupo deste Egrégio Tribunal de Justiça, sobre a questão, assim se manifestou: "PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA (LIMINAR) QUE ORDENA À AUTORIDADE APONTADA COATORA, SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO, PROVIDENCIAR EM CINCO DIAS O FORNECIMENTO, POR INDICAÇÃO MÉDICA EM LAUDO, DA MEDICAÇÃO DENOMINADA ANTI-TNF-ENBREL, SUBSTÂNCIA ETANECERCEPT, PARA O TRATAMENTO DE ARTRITE REUMATÓIDE SEVERA DE QUE É PORTADORA A AGRAVADA CUJO ORGANISMO JÁ NÃO REAGE A OUTROS MEDICAMENTOS - AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO - PRECEDENTES DO STJ - DESNECESSIDADE DE FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO ENTRE A UNIÃO O ESTADO E O MUNICÍPIO - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PARA EXAMINAR E JULGAR O FEITO - DECISÃO LIMINAR CONFIRMADA E MANTIDA POR

66

nf

31  
67

UNANIMIDADE." (AReg. nº 118964-6/01, Rel. Des. Santiago Reis, DJ 23/03/05). "DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO PELO PODER PÚBLICO - IMPETRANTE PORTADORA DE ARTRITE REUMATÓIDE SOROPOSITIVA - PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DO DIREITO À SAÚDE (ART. 196 DA CARTA MAGNA) - DEVER DO ESTADO - REMÉDIO DE CUSTO ELEVADO, INACESSÍVEL AOS NECESSITADOS - DIREITO LÍQUIDO E CERTO VIOLADO - SEGURANÇA CONCEDIDA À UNANIMIDADE DE VOTOS. O direito à saúde (CF, art. 196) encerra uma proposição do mais elevado alcance social, devendo, sempre que possível, ser prestigiado pelo Poder Judiciário, como forma de inserção do indivíduo na sociedade. Tal prerrogativa representa verdadeiro corolário do direito à vida, aí se inserindo a obrigação do Poder Público em fornecer medicamentos custosos, com o fito de combater patologias graves, comuns ou não, pois, do contrário, estar-se-ia admitindo censurável omissão do Estado. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. Concessão da segurança. Decisão unânime." (MS nº 108533-8, Rel. Des. Eloy D'Almeida Lins, DJ 24/08/05) Outro julgado: "MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. DEVER DO ESTADO. ORDEM CONCEDIDA. DECISÃO UNÂNIME.-Em qualquer circunstância, pelo critério do balanceamento dos interesses em jogo, deve-se privilegiar o direito à vida;- O Direito Público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indispensável assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado por cuja integridade deve velar, de maneira responsável o Poder público, a quem incumbe formular implementar políticas sociais e econômicas idôneas, que visem a garantir aos cidadãos, inclusive aqueles portadores do vírus HIV o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar: O direito à saúde, além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. (STF, RE nº. 273.834-4/RS, Rel. Min. Celso de Mello, j. 31.10.2000). (MS nº 1131104-0, Rel. Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves, DJ 06/04/05). Não se achando o medicamento, cujo fornecimento constitui o objeto mediato da impetração, contemplado no Programa de Medicamentos Excepcionais do Ministério da Saúde, ainda assim, inexistindo óbice ao seu fornecimento, podendo o Estado valer-se da transferência de recursos do SUS. Neste sentido, aliás, revela-se oportuna a reprodução do seguinte precedente: "O fato de não ser o medicamento padronizado pela política estadual de assistência farmacêutica não constitui motivo que impeça o seu fornecimento em situação de grave enfermidade e de emergência como a noticiada nos autos, pois em tais circunstâncias pode a administração valer-se da transferência de recursos, como prevê a Lei nº 8080/90, em seu art. 36, § 2º. Por tais fundamentos, é de ser concedida a segurança para garantir o fornecimento de medicamentos pelos impetrados à paciente, enquanto necessários ao seu tratamento de saúde, na forma do pedido". (Acórdão 691, do II Grupo de Câmaras Cíveis do TJPR, Rel. Des. Cleve) (TJPR - AP. Cível e Reexame Necessário. 122.739-2, Acórdão nº 22.270, 1ª Câmara Cível, Rel. Ulysses Lopes, Jul. 11.03.2003). Conforme se observa, encontram-se presentes ambos os pressupostos legais autorizadores da concessão da medida liminar

32

perseguida. Os fundamentos acima esposados deixam claro que o *fumus boni juris* é palpável. Quanto ao *periculum in mora*, vislumbra-se, no caso em exame, que a impetrante é portadora de doença grave, que reclama imediato tratamento, sob pena de irreversíveis prejuízos à sua saúde, quiçá, à sua vida. Deste modo, concedo, liminarmente, a tutela mandamental, arrimado que me encontro no art. 7º, inciso II, da Lei nº 1.533/51, determinando ao impetrado que forneça, imediatamente, à impetrante, o medicamento de que necessita e que foi ministrado como imprescindível ao tratamento da doença que lhe afeta (4 ampolas de 500mg e 8 ampolas de 100mg de RITUXIMAB). Na oportunidade, concedo à impetrante, os benefícios da justiça gratuita. Oficie-se à autoridade impetrada, dando-lhe ciência desta decisão, para imediato cumprimento, bem como para prestar as informações que entender necessárias. Cumpra-se. Publique-se. Recife, 16 de janeiro de 2006. Juiz Jorge Américo Pereira de Lira - Relator Substituto".

Como se vê, não encontro razões fáticas ou jurídicas capazes de modificar o *decisum* agravado, de modo que meu voto é negando provimento ao presente agravo regimental.

É como voto.

Recife, 09-05-07  
Assinado Oficial  
Marcio Fernando de Aguiar Silva  
Relator Convocado.

O/rjmp.